

# Anexo 10 do Desp 8838200

## Tabela de referência cruzada entre os artigos da Lei 13.475/17 e os requisitos do RBAC 117

A tabela abaixo apresenta a referência cruzada entre os artigos da Lei 13.475/17 e os requisitos do RBAC 117. Foram incluídos na proposta de Emenda 01 apenas os dispositivos da Lei 13.475/17 especificados na Coluna 5 do Anexo 2 da NT116//2022/GTNO-GNOS/GNOS/SPO.

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b>	
<b>Seção I</b>	
<b>Dos Tripulantes de Aeronaves e da sua Classificação</b>	
Art. 1º Esta Lei regula o exercício das profissões de piloto de aeronave, comissário de voo e mecânico de voo, denominados aeronautas.	RBAC 117, Seção 117.1 RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.1(a) É importante ressaltar que o RBAC 117 não regula o exercício da profissão de aeronauta, mas apenas as limitações operacionais relativa à fadiga.
§ 1º Para o desempenho das profissões descritas no caput, o profissional deve obrigatoriamente ser detentor de licença e certificados emitidos pela autoridade de aviação civil brasileira.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. RBAC 61.3(a) RBAC 63.3(a) RBAC 91.5(a)(3) e 91.5(d)
§ 2º Esta Lei aplica-se também aos pilotos de aeronave, comissários de voo e mecânicos de voos brasileiros que exerçam suas funções a bordo de aeronave estrangeira em virtude de contrato de trabalho regido pela legislação brasileira.	RBAC 117, Seção 117.1 RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.1(a)
Art. 2º O piloto de aeronave e o mecânico de voo, no exercício de função específica a bordo de aeronave, de acordo com as prerrogativas da licença de que são titulares, têm a designação de tripulante de voo.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. RBAC 01.1 pg. 22
Art. 3º O comissário de voo, no exercício de função específica a bordo de aeronave, de acordo com as prerrogativas da licença de que é titular, tem a designação de tripulante de cabine.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. RBAC 01, Seção 01.1 pg. 22
Art. 4º O tripulante de voo ou de cabine que se deslocar a serviço do empregador, em aeronave própria ou não, sem exercer função a bordo de aeronave, tem a designação de tripulante extra a serviço.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(af)
§ 1º O tripulante extra a serviço será considerado tripulante a serviço no que diz respeito aos limites da jornada de trabalho, ao repouso e à remuneração.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(af)
§ 2º Ao tripulante extra a serviço será disponibilizado assento na cabine de passageiros, salvo em aeronaves no transporte exclusivo de cargas.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(af)
Art. 5º Os tripulantes de voo e de cabine exercem suas funções profissionais nos seguintes serviços aéreos:	RBAC 117, Parágrafo 117.1(c)
I - serviço de transporte aéreo público regular e não regular, exceto na modalidade de táxi aéreo;	RBAC 117, Parágrafo 117.1(b)(1)
II - serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade de táxi aéreo;	RBAC 117, Parágrafo 117.1(b)(2)
III - serviço aéreo especializado (SAE), prestado por organização de ensino, na modalidade de instrução de voo;	RBAC 117, Parágrafo 117.1(b)(5)
IV - demais serviços aéreos especializados, abrangendo as atividades definidas pela Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica) e pela autoridade de aviação civil brasileira;	RBAC 117, Parágrafo 117.1(b)(3) RBAC 117, Parágrafo 117.1(b)(4)
V - serviço aéreo privado, entendido como aquele realizado, sem fins lucrativos, a serviço do operador da aeronave.	RBAC 117, Parágrafo 117.1(b)(6)

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
§ 1º É denominado instrutor de voo o piloto de aeronave contratado para ministrar treinamento em voo em aeronave empregada no serviço aéreo especializado referido no inciso III do <b>caput</b> deste artigo.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. RBAC 61.2(a)(12)
§ 2º Para os efeitos do disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho:	Não aplicável à ANAC
I - os tripulantes empregados nos serviços aéreos definidos nos incisos III e V do <b>caput</b> deste artigo são equiparados aos tripulantes que exercem suas funções nos serviços de transporte aéreo público não regular na modalidade de táxi aéreo;	Não aplicável à ANAC
II - os tripulantes empregados no serviço aéreo definido no inciso V do <b>caput</b> deste artigo, quando em atividade de fomento ou proteção à agricultura, são equiparados aos tripulantes de voo que operam os serviços aéreos especializados na modalidade de atividade de fomento ou proteção à agricultura.	Não aplicável à ANAC
Art. 6º O exercício das profissões de piloto de aeronave, mecânico de voo e comissário de voo, previstas nesta Lei, é privativo de brasileiros natos ou naturalizados.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. RBAC 61.63(b)(c) e RBAC 63.2(a)
§ 1º As empresas brasileiras, quando estiverem prestando serviço aéreo internacional, poderão utilizar comissários de voo estrangeiros, desde que o número destes não exceda a 1/3 (um terço) dos comissários de voo a bordo da mesma aeronave.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. RBAC 63.2(b)
§ 2º Todas as empresas de transporte aéreo público, salvo empresas estrangeiras de transporte aéreo público não regular na modalidade de táxi aéreo, quando estiverem operando voos domésticos em território brasileiro, terão obrigatoriamente seu quadro de tripulantes composto por brasileiros natos ou naturalizados, com contrato de trabalho regido pela legislação brasileira.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. RBAC 121.385(a) RBAC 135.242(a)(4) RBAC 136.43(e) RBAC 142.45(a)(3)(ii)
§ 3º Na falta de tripulantes de voo brasileiros, instrutores estrangeiros poderão ser admitidos em caráter provisório, por período restrito ao da instrução, de acordo com regulamento exarado pela autoridade de aviação civil brasileira.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. RBAC 121.385(a) RBAC 135.242(b) RBAC 142.45(a)(3)(ii)
Art. 7º Os tripulantes de voo exercem as seguintes funções a bordo da aeronave:	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. Arts.165/167/168 CBA RBAC 01.1 página 16.
I - comandante: piloto responsável pela operação e pela segurança da aeronave, exercendo a autoridade que a legislação lhe atribui;	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. Arts.165/167/168 CBA RBAC 01.1 página 16.
II - copiloto: piloto que auxilia o comandante na operação da aeronave; e	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. RBAC 01.1, página 19.
III - mecânico de voo: auxiliar do comandante, encarregado da operação e do controle de sistemas diversos, conforme especificação dos manuais técnicos da aeronave.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. RBAC 01.1, páginas 13 e 22.
§ 1º Sem prejuízo das atribuições originalmente designadas, o comandante e o mecânico de voo poderão exercer cumulativamente outras prerrogativas decorrentes de qualificação ou credenciamento, previstas nos regulamentos aeronáuticos, desde que autorizados pela autoridade de aviação civil brasileira.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117.
§ 2º O comandante será designado pelo operador da aeronave e será seu preposto durante toda a viagem.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. Caput do Art. 165 do CBA
§ 3º O copiloto é o substituto eventual do comandante nas tripulações simples, não o sendo nos casos de tripulação composta ou de revezamento.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117.

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
Art. 8º Os tripulantes de cabine, na função de comissários de voo, são auxiliares do comandante encarregados do cumprimento das normas relativas à segurança e ao atendimento dos passageiros a bordo, da guarda de bagagens, documentos, valores e malas postais e de outras tarefas que lhes tenham sido delegadas pelo comandante.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. § 2º do Art. 166 do CBA
§ 1º Sem prejuízo das atribuições originalmente designadas, os comissários de voo poderão exercer cumulativamente outras prerrogativas decorrentes de qualificação ou credenciamento, previstas nos regulamentos aeronáuticos, desde que autorizados pela autoridade de aviação civil brasileira.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117.
§ 2º A guarda de valores é condicionada à existência de local apropriado e seguro na aeronave, sendo responsabilidade do empregador atestar a segurança do local.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. § 1º do Art. 166 do CBA.
§ 3º A guarda de cargas e malas postais em terra somente será confiada aos comissários de voo quando no local inexistir serviço próprio para essa finalidade.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. § 1º do Art. 166 do CBA.
<b>Seção II</b>	
<b>Das Tripulações</b>	
Art. 9º Tripulação é o conjunto de tripulantes de voo e de cabine que exercem função a bordo de aeronave.	Não incluído no RBAC 117, pois já está contido no RBAC 01, Seção 01.3 definição de "Tripulante".
Art. 10. O tripulante, sem prejuízo das atribuições originalmente designadas, não poderá exercer, simultaneamente, mais de uma função a bordo de aeronave, mesmo que seja titular de licenças correspondentes.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117.
Art. 11. Os membros de uma tripulação são subordinados técnica e disciplinarmente ao comandante, durante todo o tempo em que transcorrer a viagem.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. § 2º do Art. 165 do CBA.
Art. 12. O comandante exerce a autoridade inerente à função desde o momento em que se apresenta para o voo até o momento em que, concluída a viagem, entrega a aeronave.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. Art. 166 do CBA
Art. 13. Uma tripulação pode ser classificada como mínima, simples, composta ou de revezamento.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(ab) RBAC 117, Parágrafo 117.3(ac) RBAC 117, Parágrafo 117.3(ad)
Parágrafo único. A autoridade de aviação civil brasileira, considerando o interesse da segurança operacional, as características da rota e do voo e a programação a ser cumprida, poderá determinar a composição da tripulação ou as modificações necessárias para a realização do voo.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.3(a)
Art. 14. Tripulação mínima é a determinada na forma da certificação de tipo da aeronave, homologada pela autoridade de aviação civil brasileira, sendo permitida sua utilização em voos locais de instrução, de experiência, de vistoria e de traslado.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(ab)
Art. 15. Tripulação simples é a constituída de uma tripulação mínima acrescida, quando for o caso, dos tripulantes necessários à realização do voo.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(ac)
Art. 16. Tripulação composta é a constituída de uma tripulação simples acrescida de um comandante, de um mecânico de voo, quando o equipamento assim o exigir, e de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do número de comissários de voo.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(ad)
Parágrafo único. A tripulação composta somente poderá ser utilizada em voos internacionais, exceto nas seguintes situações, quando poderá ser utilizada em voos domésticos:	RBAC 117, Parágrafo 117.3(ad)
I - para atender a atrasos ocasionados por condições meteorológicas desfavoráveis ou por trabalhos de manutenção não programados;	RBAC 117, Parágrafo 117.3(ad)(1)

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
II - quando os critérios de utilização dos tripulantes de voo e de cabine empregados no serviço aéreo definido no inciso I do <b>caput</b> do art. 5º estiverem definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho;	RBAC 117, Parágrafo 117.3(ad)(2)
III - para atendimento de missão humanitária, transportando ou destinada ao transporte de enfermos ou órgãos para transplante, no caso de tripulantes de voo e de cabine empregados nos serviços aéreos definidos no inciso II do <b>caput</b> do art. 5º desta Lei.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(ad)(3)
Art. 17. Tripulação de revezamento é a constituída de uma tripulação simples acrescida de um comandante, de um piloto, de um mecânico de voo, quando o equipamento assim o exigir, e de 50% (cinquenta por cento) do número de comissários de voo.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(ae)
Parágrafo único. A tripulação de revezamento só poderá ser empregada em voos internacionais.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(ae)
Art. 18. Um tipo de tripulação só poderá ser transformado na origem do voo e até o limite de 3 (três) horas, contadas a partir da apresentação da tripulação previamente escalada.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.3(b)
Parágrafo único. A contagem de tempo para limite da jornada será a partir da hora de apresentação da tripulação original ou do tripulante de reforço, considerando o que ocorrer primeiro.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(n)(1) RBAC 117, Parágrafo 117.3(n)(2)
<b>Seção III</b>	
<b>Do Sistema de Gerenciamento de Risco de Fadiga Humana</b>	
Art. 19. As limitações operacionais estabelecidas nesta Lei poderão ser alteradas pela autoridade de aviação civil brasileira com base nos preceitos do Sistema de Gerenciamento de Risco de Fadiga Humana.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(k) RBAC 117, Parágrafo 117.3(q.1) RBAC 117, Parágrafo 117.3(y) RBAC 117, Subparte C
§ 1º As limitações operacionais referidas no <b>caput</b> deste artigo compreendem quaisquer prescrições temporais relativas aos tripulantes de voo e de cabine no que tange a limites de voo, de pouso, de jornada de trabalho, de sobreaviso, de reserva e de períodos de repouso, bem como a outros fatores que possam reduzir o estado de alerta da tripulação ou comprometer o seu desempenho operacional.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(o)
§ 2º O Sistema de Gerenciamento de Risco de Fadiga Humana será regulamentado pela autoridade de aviação civil brasileira com base nas normas e recomendações internacionais de aviação civil.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(k) RBAC 117, Parágrafo 117.3(y)
§ 3º A implantação e a atualização do Sistema de Gerenciamento de Risco de Fadiga Humana serão acompanhadas pelo sindicato da categoria profissional.	Não aplicável à ANAC
§ 4º Nos casos em que o Sistema de Gerenciamento de Risco de Fadiga Humana autorizar a superação das 12 (doze) horas de jornada de trabalho e a diminuição do período de 12 (doze) horas de repouso, em tripulação simples, tais alterações deverão ser implementadas por meio de convenção ou acordo coletivo de trabalho entre o operador da aeronave e o sindicato da categoria profissional.	Não aplicável à ANAC
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>DO REGIME DE TRABALHO</b>	
<b>Seção I</b>	
<b>Do Contrato de Trabalho</b>	
Art. 20. A função remunerada dos tripulantes a bordo de aeronave deverá, obrigatoriamente, ser formalizada por meio de contrato de trabalho firmado diretamente com o operador da aeronave.	Não aplicável à ANAC

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
§ 1º O tripulante de voo ou de cabine só poderá exercer função remunerada a bordo de aeronave de um operador ao qual não esteja diretamente vinculado por contrato de trabalho quando o serviço aéreo não constituir atividade fim, e desde que por prazo não superior a 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de início da prestação dos serviços.	Não aplicável à ANAC
§ 2º A prestação de serviço remunerado conforme prevê o § 1º deste artigo não poderá ocorrer por mais de uma vez ao ano e deverá ser formalizada por contrato escrito, sob pena de presunção de vínculo empregatício do tripulante diretamente com o operador da aeronave.	Não aplicável à ANAC
§ 3º O disposto neste artigo não se aplica quando o operador da aeronave for órgão ou entidade da administração pública, no exercício de missões institucionais ou de poder de polícia. <a href="#">(Incluído pela Medida Provisória nº 964, de 2020)</a> <a href="#">(Vigência encerrada)</a>	Não aplicável à ANAC
Art. 21. O operador da aeronave poderá utilizar-se de tripulantes instrutores que não estejam a ele vinculados por contrato de trabalho quando em seu quadro de tripulantes não existirem instrutores habilitados no equipamento em que se pretende operar, desde que por período restrito ao da instrução e mediante autorização da autoridade de aviação civil brasileira.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117.
Art. 22. O operador de aeronaves poderá, por meio de contrato de prestação de serviços, autorizar que seus instrutores ministrem instrução para tripulantes que não estejam a ele vinculados por contrato de trabalho quando os empregadores dos respectivos tripulantes não possuírem equipamento ou instrutores próprios para a específica instrução, desde que por período restrito ao da instrução e mediante autorização da autoridade de aviação civil brasileira.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117.
Parágrafo único. Este artigo só é aplicável aos operadores de aeronaves que realizam os serviços aéreos referidos nos incisos I e II do <b>caput</b> do art. 5º.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117.
<b>Seção II</b>	
<b>Da Base Contratual</b>	
Art. 23. Entende-se por base contratual a matriz ou filial onde o contrato de trabalho do tripulante estiver registrado.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(d)
Art. 24. Resguardados os direitos e as condições previstos nesta Lei, os demais direitos, condições de trabalho e obrigações do empregado estarão definidos no contrato de trabalho e poderão ser devidamente regulados em convenção ou acordo coletivo de trabalho, desde que não ultrapassem os parâmetros estabelecidos na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	Este parágrafo é muito genérico e aberto, podendo abarcar qualquer tipo de direitos, condições de trabalho e obrigações, inclusive as trabalhistas. Portanto, julgo que seja melhor não o incluir no RBAC 117.
Art. 25. Será fornecido pelo empregador transporte gratuito aos tripulantes de voo e de cabine sempre que se iniciar ou finalizar uma programação de voo em aeroporto situado a mais de 50 (cinquenta) quilômetros de distância do aeroporto definido como base contratual.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.7(a)
§ 1º O tempo de deslocamento entre o aeroporto definido como base contratual e o aeroporto designado para o início do voo será computado na jornada de trabalho e não será remunerado.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.7(a)(1)
§ 2º No caso de viagem que termine em aeroporto diferente do definido como base contratual e situado a mais de 50 (cinquenta) quilômetros de distância, a jornada de trabalho será encerrada conforme o disposto no art. 35, e o repouso mínimo regulamentar será acrescido de, no mínimo, 2 (duas) horas.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.7(a)(2)
<b>Seção III</b>	
<b>Da Escala de Serviço</b>	
Art. 26. A prestação de serviço do tripulante empregado no serviço aéreo definido no inciso I do <b>caput</b> do art. 5º, respeitados os períodos de folgas e repousos regulamentares, será determinada por meio de:	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.9(a)

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
I - escala, no mínimo mensal, divulgada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, determinando os horários de início e término de voos, serviços de reserva, sobreavisos e folgas, sendo vedada a consignação de situações de trabalho e horários não definidos;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.9(a)(1)
II - escala ou convocação, para realização de cursos, reuniões, exames relacionados a treinamento e verificação de proficiência técnica.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.9(a)(2)
§ 1º Em 4 (quatro) meses do ano, as empresas estão autorizadas, caso julguem necessário, a divulgar escala semanal para voos de horário, serviços de reserva, sobreavisos e folgas com antecedência mínima de 2 (dois) dias, para a primeira semana de cada mês, e de 7 (sete) dias, para as semanas subsequentes.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.9(b)
§ 2º Para voos exclusivamente cargueiros, é autorizada a divulgação de escala semanal para voos de horário, serviços de reserva, sobreavisos e folgas com antecedência mínima de 2 (dois) dias, para a primeira semana de cada mês, e 7 (sete) dias, para as semanas subsequentes.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.9(c)
§ 3º Os limites previstos no inciso I do <b>caput</b> deste artigo poderão ser alterados mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho, desde que não ultrapassem os parâmetros estabelecidos na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.9(a)(3)
Art. 27. A determinação para a prestação de serviço do tripulante empregado nos serviços aéreos definidos nos incisos II, III, IV e V do <b>caput</b> do art. 5º, respeitados os períodos de folgas e repousos regulamentares, será feita por meio de:	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.9(d)
I - escala, no mínimo semanal, divulgada com antecedência mínima de 2 (dois) dias, determinando os horários de início e término de voos, serviços de reserva, sobreavisos e folgas, sendo vedada a consignação de situações de trabalho e horários não definidos;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.9(d)(1)
II - escala ou convocação, para realização de cursos, reuniões, exames relacionados a treinamento e verificação de proficiência técnica.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.9(d)(2)
Parágrafo único. Outros critérios para a determinação da prestação de serviço dos tripulantes poderão ser estabelecidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho, desde que não ultrapassem os parâmetros estabelecidos na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.9(d)(3)
Art. 28. Na escala de serviço, deverão ser observados regime de rodízio de tripulantes e turnos compatíveis com a saúde, a higiene e a segurança do trabalho.	Este parágrafo é muito genérico e aberto, podendo abarcar qualquer tipo de rodízio de tripulante, sem que a ANAC tenha algum tipo de regra sobre isto. Portanto, julgo que seja melhor não o incluir no RBAC 117.
Parágrafo único. A programação de rodízios e turnos obedecerá ao princípio da equidade na distribuição entre as diversas situações de trabalho para que não haja discriminação entre os tripulantes com qualificações idênticas, salvo em empresas que adotem critérios específicos estabelecidos em acordo coletivo de trabalho, desde que não ultrapassem os parâmetros estabelecidos na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	Este parágrafo é muito genérico e aberto, podendo abarcar qualquer tipo de rodízio de tripulante, sem que a ANAC tenha algum tipo de regra sobre isto. Portanto, julgo que seja melhor não o incluir no RBAC 117.
<b>Seção IV</b>	
<b>Das Acomodações para Descanso a Bordo de Aeronave</b>	
Art. 29. Será assegurado aos tripulantes de voo e de cabine, quando estiverem em voo com tripulação composta ou de revezamento, descanso a bordo da aeronave, em acomodação adequada, de acordo com as especificações definidas em norma estabelecida pela autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.11(a) RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.11(b)
§ 1º Aos tripulantes de voo e de cabine realizando voos em tripulação composta será assegurado número de acomodações para descanso a bordo igual ao número de tripulantes somados à tripulação simples.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.11(a)(1)

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
§ 2º Aos tripulantes de voo e de cabine realizando voos em tripulação de revezamento será assegurado número de acomodações para descanso a bordo igual à metade do total de tripulantes.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.11(b)(1)
<b>Seção V</b>	
<b>Dos Limites de Voos e de Pousos</b>	
Art. 30. Denomina-se hora de voo ou tempo de voo o período compreendido desde o início do deslocamento, quando se tratar de aeronave de asa fixa, ou desde a partida dos motores, quando se tratar de aeronave de asa rotativa, até o momento em que, respectivamente, se imobiliza a aeronave ou se efetua o corte dos motores, ao término do voo (“calço a calço”).	RBAC 117, Parágrafo 117.3(aa)
Art. 31. Aos tripulantes de voo ou de cabine empregados no serviço aéreo definido no inciso I do <b>caput</b> do art. 5º serão assegurados os seguintes limites de horas de voo e de pousos em uma mesma jornada de trabalho:	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.13(a)
I - 8 (oito) horas de voo e 4 (quatro) pousos, na hipótese de integrante de tripulação mínima ou simples;	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.1
II - 11 (onze) horas de voo e 5 (cinco) pousos, na hipótese de integrante de tripulação composta;	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.1
III - 14 (catorze) horas de voo e 4 (quatro) pousos, na hipótese de integrante de tripulação de revezamento; e	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.1
IV - 7 (sete) horas sem limite de pousos, na hipótese de integrante de tripulação de helicópteros.	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.1
§ 1º O número de pousos na hipótese do inciso I deste artigo poderá ser aumentado em mais 1 (um), a critério do empregador, acrescendo-se, nesse caso, 2 (duas) horas ao repouso que precede a jornada.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.13(a)(1)
§ 2º Não obstante o previsto no § 1º deste artigo, em caso de desvio para aeroporto de alternativa, será permitido o acréscimo de mais 1 (um) pouso aos limites estabelecidos nos incisos I, II e III deste artigo.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.13(a)(2)
§ 3º Os tripulantes que operam aeronaves convencionais e turbo-hélice poderão ter o limite de pousos estabelecido no inciso I deste artigo aumentado em mais 2 (dois) pousos.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.13(a)(3)
Art. 32. Aos tripulantes empregados nos serviços aéreos definidos nos incisos II, III, IV e V do <b>caput</b> do art. 5º são assegurados os seguintes limites de horas de voo em uma mesma jornada de trabalho: <a href="#">Vigência</a>	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.13(b)
I - 9 (nove) horas e 30 (trinta) minutos de voo, na hipótese de integrante de tripulação mínima ou simples;	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.2
II - 12 (doze) horas de voo, na hipótese de integrante de tripulação composta;	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.2
III - 16 (dezesseis) horas de voo, na hipótese de integrante de tripulação de revezamento;	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.2
IV - 8 (oito) horas de voo, na hipótese de integrante de tripulação de helicópteros.	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.2
§ 1º Aos tripulantes referidos neste artigo não serão assegurados limites de pousos em uma mesma jornada de trabalho.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.13(b)(1)
§ 2º Os tripulantes empregados nos serviços aéreos definidos no inciso IV do <b>caput</b> do art. 5º, quando em atividade de fomento ou proteção à agricultura, poderão ter os limites previstos neste artigo estabelecidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho, desde que não ultrapassem os parâmetros de segurança de voo determinados na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.13(b)(2)

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
Art. 33. Aos tripulantes são assegurados os seguintes limites mensais e anuais de horas de voo:	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.13(c)
I - 80 (oitenta) horas de voo por mês e 800 (oitocentas) horas por ano, em aviões a jato;	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.3
II - 85 (oitenta e cinco) horas de voo por mês e 850 (oitocentas e cinquenta) horas por ano, em aviões turbo-hélice;	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.3
III - 100 (cem) horas de voo por mês e 960 (novecentas e sessenta) horas por ano, em aviões convencionais;	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.3
IV - 90 (noventa) horas de voo por mês e 930 (novecentas e trinta) horas por ano, em helicópteros.	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.3
§ 1º Quando os tripulantes operarem diferentes tipos de aeronaves, o limite inferior será respeitado.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.13(c)(1)
§ 2º Os tripulantes de voo empregados nos serviços aéreos especializados definidos no inciso IV do <b>caput</b> do art. 5º, quando em atividade de fomento ou proteção à agricultura, poderão ter os limites previstos neste artigo estabelecidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho, desde que não ultrapassem os parâmetros de segurança de voo determinados na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.13(c)(2)
Art. 34. O trabalho realizado como tripulante extra a serviço será computado para os limites da jornada de trabalho diária, semanal e mensal, não sendo considerado para o cômputo dos limites de horas de voo diários, mensais e anuais, previstos nos arts. 31, 32 e 33.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.13(d)
<b>Seção VI</b>	
<b>Dos Limites da Jornada de Trabalho</b>	
Art. 35. Jornada é a duração do trabalho do tripulante de voo ou de cabine, contada entre a hora da apresentação no local de trabalho e a hora em que ele é encerrado.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(n)
§ 1º A jornada na base contratual será contada a partir da hora de apresentação do tripulante no local de trabalho.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(n)(1)
§ 2º Fora da base contratual, a jornada será contada a partir da hora de apresentação do tripulante no local estabelecido pelo empregador.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(n)(2)
§ 3º Nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, a apresentação no aeroporto ou em outro local estabelecido pelo empregador deverá ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora prevista para o início do voo.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(n)(3)
§ 4º A jornada será considerada encerrada 30 (trinta) minutos após a parada final dos motores, no caso de voos domésticos, e 45 (quarenta e cinco) minutos após a parada final dos motores, no caso de voos internacionais.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(n)(4)
§ 5º Para atividades em terra, não se aplicam as disposições dos §§ 3º e 4º deste artigo.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(n)(5)
§ 6º Os limites previstos no § 4º deste artigo podem ser alterados pelos operadores de aeronaves que possuírem Sistema de Gerenciamento de Risco de Fadiga Humana no planejamento e na execução das escalas de serviço de seus tripulantes, sendo o limite mínimo de 30 (trinta) minutos.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(n)(6)
Art. 36. Aos tripulantes de voo ou de cabine empregados no serviço aéreo definido no inciso I do <b>caput</b> do art. 5º são assegurados os seguintes limites de jornada de trabalho:	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(a)
I - 9 (nove) horas, se integrantes de uma tripulação mínima ou simples;	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.4
II - 12 (doze) horas, se integrantes de uma tripulação composta;	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.4
III - 16 (dezesseis) horas, se integrantes de uma tripulação de revezamento.	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.4

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
Art. 37. Aos tripulantes de voo ou de cabine empregados nos serviços aéreos definidos nos incisos II, III, IV e V do <b>caput</b> do art. 5º são assegurados os seguintes limites de jornada de trabalho:	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(b)
I - 11 (onze) horas, se integrantes de uma tripulação mínima ou simples;	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.5
II - 14 (catorze) horas, se integrantes de uma tripulação composta;	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.5
III - 18 (dezoito) horas, se integrantes de uma tripulação de revezamento.	RBAC 117, Apd. A, Tabela A.5
Parágrafo único. Os tripulantes de voo empregados nos serviços aéreos especializados definidos no inciso IV do <b>caput</b> do art. 5º, quando em atividade de fomento à agricultura, poderão ter os limites previstos neste artigo estabelecidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho, desde que não ultrapassem os parâmetros de segurança de voo determinados na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(b)(1)
Art. 38. Em caso de interrupção de jornada, os tripulantes de voo ou de cabine empregados nos serviços aéreos definidos nos incisos II, IV e V do <b>caput</b> do art. 5º, quando compoendo tripulação mínima ou simples, poderão ter suas jornadas de trabalho acrescidas de até a metade do tempo da interrupção, nos seguintes casos:	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(c)
I - quando houver interrupção da jornada fora da base contratual, superior a 3 (três) horas e inferior a 6 (seis) horas consecutivas, e for proporcionado pelo empregador local para descanso separado do público e com controle de temperatura e luminosidade;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(c)(1)
II - quando houver interrupção da jornada fora da base contratual, superior a 6 (seis) horas e inferior a 10 (dez) horas consecutivas, e forem proporcionados pelo empregador quartos individuais com banheiro privativo, condições adequadas de higiene e segurança, mínimo ruído e controle de temperatura e luminosidade.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(c)(2)
Parágrafo único. A condição prevista neste artigo deverá ser consignada no diário de bordo da aeronave, com assinatura do comandante.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(d)
Art. 39. A hora de trabalho noturno, para efeito de jornada, será computada como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(e)
Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, considera-se noturno:	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(e)(1)
I - o trabalho executado em terra entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, considerado o horário local;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(e)(1)(i)
II - o período de tempo de voo realizado entre as 18 (dezoito) horas de um dia e as 6 (seis) horas do dia seguinte, considerado o fuso horário oficial da base contratual do tripulante.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(e)(1)(ii)
Art. 40. Os limites da jornada de trabalho poderão ser ampliados em 60 (sessenta) minutos, a critério exclusivo do comandante da aeronave, nos seguintes casos:	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(f)
I - inexistência, em local de escala regular, de acomodações apropriadas para o repouso da tripulação e dos passageiros;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(f)(1)
II - espera demasiadamente longa, fora da base contratual, em local de espera regular intermediária, ocasionada por condições meteorológicas desfavoráveis e trabalho de manutenção não programada;	RBAC 117, Prg. 117.3(d.1)(1) RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(f)(2)
III - por imperiosa necessidade, entendida como a decorrente de catástrofe ou problema de infraestrutura que não configure caso de falha ou falta administrativa da empresa.	RBAC 117, Prg. 117.3(d.1)(2) RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(f)(2)
Parágrafo único. Qualquer ampliação dos limites das horas de trabalho deverá ser comunicada, em no máximo 24 (vinte e quatro) horas após a viagem, pelo comandante ao empregador, que, no prazo de 15 (quinze) dias, comunicará a autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(g)

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
Art. 41. A duração do trabalho dos tripulantes de voo ou de cabine não excederá a 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 176 (cento e setenta e seis) horas mensais, computados os tempos de:	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(h)
I - jornada e serviço em terra durante a viagem;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(h)(1)
II - reserva e 1/3 (um terço) do sobreaviso;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(h)(2)
III - deslocamento como tripulante extra a serviço;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(h)(3)
IV - adestramento em simulador, cursos presenciais ou a distância, treinamentos e reuniões;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(h)(4)
V - realização de outros serviços em terra, quando escalados pela empresa.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(h)(5)
§ 1º O limite semanal de trabalho previsto neste artigo poderá ser alterado mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho, desde que não ultrapasse os parâmetros estabelecidos na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira, sendo vedada, sob qualquer hipótese, a extrapolação do limite mensal de 176 (cento e setenta e seis) horas.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(i)
§ 2º Os tripulantes de voo ou de cabine empregados nos serviços aéreos definidos nos incisos II, III, IV e V do <b>caput</b> do art. 5º terão como período máximo de trabalho consecutivo 21 (vinte e um) dias, contados do dia de saída do tripulante de sua base contratual até o dia do regresso a ela.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(j)
§ 3º Para os tripulantes de voo ou de cabine empregados nos serviços aéreos definidos nos incisos II, III, IV e V do <b>caput</b> do art. 5º, o período consecutivo de trabalho, no local de operação, não poderá exceder a 17 (dezesete) dias.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(k)
§ 4º Quando prestarem serviço fora da base contratual por período superior a 6 (seis) dias, os tripulantes referidos no § 3º deste artigo terão, no retorno, folgas correspondentes a, no mínimo, o número de dias fora da base contratual menos 2 (dois) dias.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(k)(1)
§ 5º Os tripulantes empregados no serviço aéreo definido no inciso I do <b>caput</b> do art. 5º que também exerçam atividades administrativas terão os limites de sua jornada de trabalho definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho, desde que não ultrapassem os parâmetros estabelecidos na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(a)(1)
§ 6º As disposições do <b>caput</b> e dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º deste artigo não se aplicam aos tripulantes empregados nos serviços aéreos definidos no inciso IV do <b>caput</b> do art. 5º em atividade de fomento ou proteção à agricultura, que poderão ter os referidos limites reduzidos ou ampliados por convenção ou acordo coletivo de trabalho, desde que não ultrapassem os parâmetros de segurança de voo determinados na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(l)
Art. 42. Será observado o limite máximo de 2 (duas) madrugadas consecutivas de trabalho, e o de 4 (quatro) madrugadas totais no período de 168 (cento e sessenta e oito) horas consecutivas, contadas desde a apresentação do tripulante.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(m)
§ 1º O tripulante de voo ou de cabine poderá ser escalado para jornada de trabalho na terceira madrugada consecutiva desde que como tripulante extra, em voo de retorno à base contratual e encerrando sua jornada de trabalho, vedada, nessa hipótese, a escalação do tripulante para compor tripulação no período que antecede a terceira madrugada consecutiva na mesma jornada de trabalho.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(m)(1)
§ 2º Sempre que for disponibilizado ao tripulante período mínimo de 48 (quarenta e oito) horas livre de qualquer atividade, poderá ser iniciada a contagem de novo período de 168 (cento e sessenta e oito) horas consecutivas referido no <b>caput</b> deste artigo.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(m)(2)
§ 3º Os limites previstos neste artigo poderão ser reduzidos ou ampliados mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho, desde que não ultrapassem os parâmetros estabelecidos na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.15(m)(3)

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
§ 4º Entende-se como madrugada o período transcorrido, total ou parcialmente, entre 0 (zero) hora e 6 (seis) horas, considerado o fuso horário oficial da base contratual do tripulante.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(o.1)(1)
<b>Seção VII</b>	
<b>Do Sobreaviso e da Reserva</b>	
Art. 43. Sobreaviso é o período não inferior a 3 (três) horas e não excedente a 12 (doze) horas em que o tripulante permanece em local de sua escolha à disposição do empregador, devendo apresentar-se no aeroporto ou em outro local determinado, no prazo de até 90 (noventa) minutos, após receber comunicação para o início de nova tarefa.	RBAC 117.3(z) RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.17(a)
§ 1º Em Município ou conurbação com 2 (dois) ou mais aeroportos, o tripulante designado para aeroporto diferente da base contratual terá prazo de 150 (cento e cinquenta) minutos para a apresentação, após receber comunicação para o início de nova tarefa.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.17(b)
§ 2º As horas de sobreaviso serão pagas à base de 1/3 (um terço) do valor da hora de voo.	Não aplicável à ANAC
§ 3º Caso o tripulante seja convocado para uma nova tarefa, o tempo remunerado será contabilizado entre o início do sobreaviso e o início do deslocamento.	Não aplicável à ANAC
§ 4º Caso o tripulante de voo ou de cabine não seja convocado para uma tarefa durante o período de sobreaviso, o tempo de repouso mínimo de 8 (oito) horas deverá ser respeitado antes do início de nova tarefa.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.17(c)
§ 5º O período de sobreaviso, contabilizado desde seu início até o início do deslocamento caso o tripulante seja acionado para nova tarefa, não poderá ser superior a 12 (doze) horas.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.17(d)
§ 6º No período de 12 (doze) horas previsto no § 5º, não serão computados os períodos de deslocamento de 90 (noventa) e 150 (cento e cinquenta) minutos previstos no <b>caput</b> e no § 1º deste artigo.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.17(e)
§ 7º O tripulante de voo ou de cabine empregado no serviço aéreo previsto no inciso I do <b>caput</b> do art. 5º terá a quantidade de sobreavisos limitada a 8 (oito) mensais, podendo ser reduzida ou ampliada por convenção ou acordo coletivo de trabalho, observados os limites estabelecidos na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.17(f)
Art. 44. Reserva é o período em que o tripulante de voo ou de cabine permanece à disposição, por determinação do empregador, no local de trabalho.	RBAC 117.3(w)
§ 1º A hora de reserva será paga na mesma base da hora de voo.	Não aplicável à ANAC
§ 2º A reserva do tripulante empregado no serviço aéreo previsto no inciso I do <b>caput</b> do art. 5º terá duração mínima de 3 (três) horas e máxima de 6 (seis) horas.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.19(a)
§ 3º A reserva do tripulante empregado nos serviços aéreos previstos nos incisos II, III, IV e V do <b>caput</b> do art. 5º terá duração mínima de 3 (três) horas e máxima de 10 (dez) horas.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.19(b)
§ 4º Prevista a reserva por prazo superior a 3 (três) horas, o empregador deverá assegurar ao tripulante acomodação adequada para descanso.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.19(c)
§ 5º Entende-se por acomodação adequada para fins deste artigo poltronas em sala específica com controle de temperatura, em local diferente do destinado ao público e à apresentação das tripulações.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.19(c)(1)

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
§ 6º Para efeito de remuneração, caso o tripulante seja acionado em reserva para assumir programação de voo, será considerado tempo de reserva o período compreendido entre o início da reserva e o início do voo.	Não aplicável à ANAC
§ 7º Os limites previstos neste artigo poderão ser reduzidos ou ampliados por convenção ou acordo coletivo de trabalho, observados os parâmetros estabelecidos na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.19(d)
<b>Seção VIII</b>	
<b>Das Viagens</b>	
Art. 45. Viagem é o trabalho realizado pelo tripulante de voo ou de cabine, contado desde a saída de sua base até o seu regresso.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(ag)
§ 1º Uma viagem pode compreender uma ou mais jornadas.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(ag)
§ 2º O tripulante de voo ou de cabine poderá cumprir uma combinação de voos, passando por sua base contratual sem ser dispensado do serviço, desde que a programação obedeça à escala previamente publicada.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.21(a)
§ 3º O empregador poderá exigir do tripulante de voo ou de cabine complementação de voo, quando fora da base contratual, para atender à realização de serviços inadiáveis.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.21(b)
§ 4º O empregador não poderá exigir do tripulante de voo ou de cabine complementação de voo ou qualquer outra atividade ao final da viagem, por ocasião do retorno à base contratual, sendo facultada ao tripulante a aceitação, não cabendo qualquer tipo de penalidade em caso de recusa.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.21(c)
<b>Seção IX</b>	
<b>Dos Períodos de Repouso</b>	
Art. 46. Repouso é o período ininterrupto, após uma jornada, em que o tripulante fica desobrigado da prestação de qualquer serviço.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(u)
Art. 47. É assegurada ao tripulante, fora de sua base contratual, acomodação adequada para repouso e transporte entre o aeroporto e o local de repouso, e vice-versa.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.23(a)
§ 1º O previsto neste artigo não será aplicado ao tripulante empregado nos serviços aéreos previstos nos incisos II, III, IV e V do <b>caput</b> do art. 5º quando o custeio do transporte e da hospedagem for ressarcido pelo empregador.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.23(a)(1)
§ 2º O ressarcimento de que trata o § 1º deste artigo deverá ocorrer no máximo até 30 (trinta) dias após o pagamento.	Não aplicável à ANAC
§ 3º Entende-se por acomodação adequada para repouso do tripulante quarto individual com banheiro privativo e condições adequadas de higiene, segurança, ruído, controle de temperatura e luminosidade.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.23(a)(2)
§ 4º Quando não houver disponibilidade de transporte ao término da jornada, o período de repouso será computado a partir da colocação de transporte à disposição da tripulação.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.23(a)(3)
Art. 48. O tempo mínimo de repouso terá duração relacionada ao tempo da jornada anterior, observando-se os seguintes limites:	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.23(b)
I - 12 (doze) horas de repouso, após jornada de até 12 (doze) horas;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.23(b)(1)
II - 16 (dezesesseis) horas de repouso, após jornada de mais de 12 (doze) horas e até 15 (quinze) horas;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.23(b)(2)
III - 24 (vinte e quatro) horas de repouso, após jornada de mais de 15 (quinze) horas.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.23(b)(3)

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
Prg. único. Os limites previstos neste artigo poderão ser alterados por convenção ou acordo coletivo de trabalho, observados os parâmetros de segurança de voo estabelecidos na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.23(c)
Art. 49. Quando ocorrer o cruzamento de 3 (três) ou mais fusos horários em um dos sentidos da viagem, o tripulante terá, na base contratual, o repouso acrescido de 2 (duas) horas por cada fuso cruzado.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.23(d)
<b>Seção X</b>	
<b>Da Folga Periódica</b>	
Art. 50. Folga é o período não inferior a 24 (vinte e quatro) horas consecutivas em que o tripulante, em sua base contratual, sem prejuízo da remuneração, está desobrigado de qualquer atividade relacionada com seu trabalho.	RBAC 117, Parágrafo 117.3(g)
§ 1º Salvo o previsto nos §§ 2º e 3º do art. 41, a folga deverá ter início, no máximo, após o 6º (sexto) período consecutivo de até 24 (vinte e quatro) horas, contada a partir da apresentação do tripulante, observados os limites da duração da jornada de trabalho e do repouso.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.25(a)
§ 2º Os períodos de repouso mínimo regulamentar deverão estar contidos nos 6 (seis) períodos consecutivos de até 24 (vinte e quatro) horas previstos no § 1º deste artigo.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.25(b)
§ 3º No caso de voos internacionais de longo curso, o limite previsto no § 1º deste artigo poderá ser ampliado em 36 (trinta e seis) horas, ficando o empregador obrigado a conceder ao tripulante mais 2 (dois) períodos de folga no mesmo mês em que o voo for realizado, além das folgas previstas neste artigo e no art. 51.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.25(c)
§ 4º Os limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo poderão ser alterados por convenção ou acordo coletivo de trabalho, observados os parâmetros determinados na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.25(d)
Art. 51. O tripulante empregado no serviço aéreo previsto no inciso I do <b>caput</b> do art. 5º terá número mensal de folgas não inferior a 10 (dez), das quais pelo menos 2 (duas) deverão compreender um sábado e um domingo consecutivos, devendo a primeira destas ter início até as 12 (doze) horas do sábado, no horário de Brasília.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.25(e)
§ 1º O número mensal de folgas previsto neste artigo poderá ser reduzido até 9 (nove), conforme critérios estabelecidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.25(e)(1)
§ 2º Quando o tripulante concorrer parcialmente à escala de serviço do mês, por motivo de férias ou afastamento, aplicar-se-á a proporcionalidade do número de dias trabalhados ao número de folgas a serem concedidas, com aproximação para o inteiro superior.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.25(d)(2)
Art. 52. O tripulante de voo ou de cabine empregado nos serviços aéreos previstos nos incisos II, III, IV e V do <b>caput</b> do art. 5º terá número de folgas mensal não inferior a 8 (oito), das quais pelo menos 2 (duas) deverão compreender um sábado e um domingo consecutivos.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.25(f)
Prg. único. O tripulante empregado nos serviços aéreos previstos no inciso IV do <b>caput</b> do art. 5º, quando em atividade de fomento ou proteção à agricultura, poderá ter os limites previstos neste artigo modificados por convenção ou acordo coletivo de trabalho, observados os parâmetros estabelecidos na regulamentação da autoridade de aviação civil brasileira.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.25(f)(1)
Art. 53. A folga só terá início após a conclusão do repouso da jornada, e seus horários de início e término serão definidos em escala previamente publicada.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.25(g)
Art. 54. Quando o tripulante for designado para curso fora da base contratual, sua folga poderá ser gozada nesse local, devendo a empresa assegurar, no regresso, uma licença remunerada de 1 (um) dia para cada 15 (quinze) dias fora da base contratual.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.25(h)

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
Prg. único. A licença remunerada não deverá coincidir com sábado, domingo ou feriado se a permanência do tripulante fora da base for superior a 30 (trinta) dias.	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.25(h)(1)
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>DA REMUNERAÇÃO E DAS CONCESSÕES</b>	
<b>Seção I</b>	
<b>Da Remuneração</b>	
Art. 55. Sem prejuízo da liberdade contratual, a remuneração do tripulante corresponderá à soma das quantias por ele percebidas da empresa.	Não aplicável à ANAC
Prg. único. Não integram a remuneração as importâncias pagas pela empresa a título de ajuda de custo, assim como as diárias de hospedagem, alimentação e transporte.	Não aplicável à ANAC
Art. 56. A remuneração dos tripulantes poderá ser fixa ou ser constituída por parcela fixa e parcela variável.	Não aplicável à ANAC
Prg. único. A parcela variável da remuneração será obrigatoriamente calculada com base nas horas de voo, salvo no caso:	Não aplicável à ANAC
I - do tripulante empregado no serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade de táxi aéreo, previsto no inciso II do <b>caput</b> do art. 5º, que poderá ter a parcela variável de seu salário calculada com base na quilometragem entre a origem e o destino do voo, desde que estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho;	Não aplicável à ANAC
II - do tripulante empregado nos serviços aéreos previstos no inciso IV do <b>caput</b> do art. 5º em atividade de fomento ou proteção à agricultura, que poderá ter a parcela variável de seu salário calculada com base na área produzida ou aplicada ou conforme outros critérios estabelecidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho.	Não aplicável à ANAC
Art. 57. O período de tempo em solo entre etapas de voo em uma mesma jornada será remunerado.	Não aplicável à ANAC
Prg. único. Os valores e critérios para remuneração do período de que trata o <b>caput</b> deste artigo serão estabelecidos no contrato de trabalho e em convenção ou acordo coletivo de trabalho.	Não aplicável à ANAC
Art. 58. A empresa pagará a remuneração do trabalho não realizado por motivo alheio à vontade do tripulante, se outra atividade equivalente não lhe for atribuída.	Não aplicável à ANAC
Art. 59. A remuneração da hora de voo noturno e das horas de voo como tripulante extra será calculada na forma da legislação em vigor, observadas as condições estabelecidas no contrato de trabalho e em convenção ou acordo coletivo de trabalho.	Não aplicável à ANAC
§ 1º Considera-se voo noturno, para efeitos deste artigo, o voo executado entre as 21 (vinte e uma) horas, Tempo Universal Coordenado, de um dia e as 9 (nove) horas, Tempo Universal Coordenado, do dia seguinte.	Não aplicável à ANAC
§ 2º A hora de voo noturno, para efeito de remuneração, é contada à razão de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.	Não aplicável à ANAC
Art. 60. As frações de hora serão computadas para efeito de remuneração.	Não aplicável à ANAC
<b>Seção II</b>	
<b>Da Alimentação</b>	
Art. 61. Durante a viagem, o tripulante terá direito a alimentação, em terra ou em voo, de acordo com as instruções técnicas do Ministério do Trabalho e das autoridades competentes.	Não aplicável à ANAC

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
§ 1º O tripulante extra a serviço terá direito à alimentação.	Não aplicável à ANAC
§ 2º Quando em terra, o intervalo para a alimentação do tripulante deverá ter duração mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos e máxima de 60 (sessenta) minutos.	Não aplicável à ANAC
§ 3º Quando em voo, a alimentação deverá ser servida em intervalos máximos de 4 (quatro) horas.	Não aplicável à ANAC
Art. 62. Para tripulante de helicópteros, a alimentação será servida em terra ou a bordo de unidades marítimas, com duração de 60 (sessenta) minutos, período este que não será computado na jornada de trabalho.	Não aplicável à ANAC
Art. 63. Nos voos realizados no período entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 6 (seis) horas do dia seguinte, deverá ser servida uma refeição se a duração do voo for igual ou superior a 3 (três) horas.	Não aplicável à ANAC
Art. 64. É assegurada alimentação ao tripulante que esteja em situação de reserva ou em cumprimento de uma programação de treinamento entre as 12 (doze) e as 14 (catorze) horas e entre as 19 (dezenove) e as 21 (vinte e uma) horas, em intervalo com duração de 60 (sessenta) minutos.	Não aplicável à ANAC
Prg. único. O intervalo para alimentação de que trata este artigo:	Não aplicável à ANAC
I - não será computado na duração da jornada de trabalho;	Não aplicável à ANAC
II - não será observado na hipótese de programação de treinamento em simulador.	Não aplicável à ANAC
<b>Seção III</b>	
<b>Da Assistência Médica</b>	
Art. 65. Ao tripulante em serviço fora da base contratual o empregador deverá assegurar e custear, em casos de urgência, assistência médica e remoção, por via aérea, para retorno à base ou ao local de tratamento.	Não aplicável à ANAC
<b>Seção IV</b>	
<b>Do Uniforme</b>	
Art. 66. O tripulante receberá gratuitamente da empresa, quando não forem de uso comum, as peças de uniforme e os equipamentos exigidos, por ato da autoridade competente, para o exercício de sua atividade profissional.	Não aplicável à ANAC
Prg. único. Não serão considerados como salário, para os efeitos previstos neste artigo, os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao tripulante para a realização dos respectivos serviços.	Não aplicável à ANAC
<b>Seção V</b>	
<b>Das Férias</b>	
Art. 67. As férias anuais do tripulante serão de 30 (trinta) dias consecutivos.	Não aplicável à ANAC
§ 1º Mediante acordo coletivo, as férias poderão ser fracionadas.	Não aplicável à ANAC
§ 2º A concessão de férias será comunicada ao tripulante, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.	Não aplicável à ANAC
Art. 68. A empresa manterá quadro atualizado de concessão de férias, devendo existir rodízio entre os tripulantes do mesmo equipamento quando houver concessão nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro.	Não aplicável à ANAC
Art. 69. Ressalvados os casos de rescisão de contrato, as férias não serão convertidas em abono pecuniário.	Não aplicável à ANAC
Art. 70. Ressalvadas condições mais favoráveis, a remuneração das férias e o décimo terceiro salário do aeronauta serão calculados pela média das parcelas fixas e variáveis da remuneração no período aquisitivo.	Não aplicável à ANAC

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
Art. 71. O pagamento da remuneração das férias será realizado até 2 (dois) dias antes de seu início.	Não aplicável à ANAC
<b>Seção VI</b>	
<b>Dos Certificados e das Habilitações</b>	
Art. 72. É de responsabilidade do empregador o custeio do certificado médico e de habilitação técnica de seus tripulantes, sendo responsabilidade do tripulante manter em dia seu certificado médico, como estabelecido na legislação em vigor.	Não aplicável à ANAC
§ 1º Cabe ao empregador o controle de validade do certificado médico e da habilitação técnica para que sejam programadas, na escala de serviço do tripulante, as datas e, quando necessárias, as dispensas para realização dos exames necessários para a revalidação.	Não aplicável à ANAC
§ 2º É dever do empregador o pagamento ou o reembolso dos valores pagos pelo tripulante para a revalidação do certificado médico e de habilitação técnica, tendo como limite os valores definidos pelos órgãos públicos, bem como dos valores referentes a exames de proficiência linguística e a eventuais taxas relativas a documentos necessários ao exercício de suas funções contratuais.	Não aplicável à ANAC
§ 3º No caso dos tripulantes empregados nos serviços aéreos previstos no inciso IV do <b>caput</b> do art. 5º em atividade de fomento ou proteção à agricultura, o pagamento e o reembolso previstos neste artigo poderão observar valores e critérios estabelecidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho.	Não aplicável à ANAC
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>DAS TRANSFERÊNCIAS</b>	
Art. 73. Para efeito de transferência, provisória ou permanente, considera-se base do tripulante a localidade onde ele está obrigado a prestar serviço.	Não aplicável à ANAC
§ 1º Entende-se como:	Não aplicável à ANAC
I - transferência provisória: o deslocamento do tripulante de sua base, por período mínimo de 30 (trinta) dias e não superior a 120 (cento e vinte) dias, para prestação de serviços temporários, sem mudança de domicílio, seguido de retorno à base tão logo cesse a incumbência que lhe foi atribuída; e	Não aplicável à ANAC
II - transferência permanente: o deslocamento do tripulante de sua base, por período superior a 120 (cento e vinte) dias, com mudança de domicílio.	Não aplicável à ANAC
§ 2º Após cada transferência provisória, o tripulante deverá permanecer na sua base por, pelo menos, 180 (cento e oitenta) dias.	Não aplicável à ANAC
§ 3º O interstício entre transferências permanentes será de 2 (dois) anos.	Não aplicável à ANAC
§ 4º Na transferência provisória, serão assegurados aos tripulantes acomodação, alimentação, transporte a serviço, transporte aéreo de ida e volta e, no regresso, licença remunerada de, considerada a duração da transferência, 2 (dois) dias para o primeiro mês mais 1 (um) dia para cada mês ou fração subsequente, sendo que, no mínimo, 2 (dois) dias não deverão coincidir com sábado, domingo ou feriado.	Não aplicável à ANAC
§ 5º Na transferência permanente, serão assegurados ao tripulante pelo empregador:	Não aplicável à ANAC
I - ajuda de custo, para fazer face às despesas de instalação na nova base, não inferior a 4 (quatro) vezes o valor do salário mensal, calculado o salário variável por sua taxa atual, multiplicada pela média do correspondente trabalho nos últimos 12 (doze) meses;	Não aplicável à ANAC
II - transporte aéreo para si e seus dependentes;	Não aplicável à ANAC
III - translação da respectiva bagagem; e	Não aplicável à ANAC

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
IV - dispensa de qualquer atividade relacionada com o trabalho pelo período de 8 (oito) dias, a ser fixado por sua opção, com aviso prévio de 8 (oito) dias ao empregador, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes à sua chegada à nova base.	Não aplicável à ANAC
§ 6 <sup>ª</sup> A transferência provisória poderá ser transformada em transferência permanente.	Não aplicável à ANAC
Art. 74. O tripulante deverá ser notificado pelo empregador com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias na transferência permanente e de 15 (quinze) dias na provisória.	Não aplicável à ANAC
<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS</b>	
Art. 75. Aos tripulantes de voo empregados nos serviços aéreos definidos no inciso IV do <b>caput</b> do art. 5º, quando em atividade de fomento ou proteção à agricultura, não se aplicam as seguintes disposições desta Lei:	
I - a Seção II do Capítulo II;	RBAC 117, Parágrafo 117.3(d) RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.7(b)
II - o art. 27;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.9(e)
II - o art. 28;	Não aplicável à ANAC
II - o art. 43;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.17(g)
II - o art. 44;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.19(e)
II - o art. 45;	RBAC 117, Apd. A, Prg. A117.21(d)
III - o Capítulo IV;	Não aplicável à ANAC
IV - o regime de transição estabelecido no art. 80.	Não aplicável à ANAC
Art. 76. Além dos casos previstos nesta Lei, as responsabilidades dos tripulantes são definidas na <a href="#">Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986</a> (Código Brasileiro de Aeronáutica), nas leis e nos regulamentos em vigor e, no que decorrer do contrato de trabalho, em convenções e acordos coletivos.	Este não é um requisito de fadiga; logo não constará do RBAC 117. Supostamente consta do CBA.
Art. 77. Sem prejuízo do disposto no <a href="#">Capítulo III do Título IX da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986</a> (Código Brasileiro de Aeronáutica), os infratores das disposições constantes nesta Lei ficam sujeitos às penalidades previstas no <a href="#">art. 351 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943</a> .	Não aplicável à ANAC
Prg. único. O processo de multas administrativas será regido pelo disposto no <a href="#">Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943</a> .	Não aplicável à ANAC
Art. 78. Caberá à autoridade de aviação civil brasileira expedir as normas necessárias para a implantação do Sistema de Gerenciamento de Risco de Fadiga Humana de que trata a Seção III do Capítulo I.	RBAC 117, Subparte C
Art. 79. O <a href="#">art. 30 da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984</a> , passa a vigorar com a seguinte redação:	Expirado
“ <a href="#">Art. 30</a> . Os limites de tempo de voo do tripulante não poderão exceder em cada mês ou ano, respectivamente:	Expirado
I - em aviões convencionais, 100 (cem) e 1.000 (mil) horas;	Expirado
II - em aviões turbo-hélice, 100 (cem) e 935 (novecentas e trinta e cinco) horas;	Expirado
III - em aviões a jato, 85 (oitenta e cinco) e 850 (oitocentas e cinquenta) horas;	Expirado
IV - em helicópteros, 90 (noventa) e 960 (novecentas e sessenta) horas.	Expirado
§ 1º Quando o aeronauta tripular diferentes tipos de aeronave, será observado o menor limite.	Expirado

## Anexo 10 do Desp 8838200

Dispositivos da Lei 13.475/17	Requisito do RBAC 117 Emd 01
§ 2º Os limites de tempo de voo para aeronautas de empresas de transporte aéreo regular, em intervalo inferior a 30 (trinta) dias, serão proporcionais ao limite mensal mais 10 (dez) horas.” (NR)	Expirado
Art. 80. Aplicam-se aos tripulantes, desde a entrada em vigor desta Lei até que tenham decorrido 30 (trinta) meses de sua publicação, como regime de transição, os seguintes dispositivos da <a href="#">Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984</a> :	Expirado
I - os <a href="#">arts. 12</a> , <a href="#">13</a> e <a href="#">20</a> ;	Expirado
II - o <a href="#">caput, incluídas suas alíneas</a> , e o <a href="#">§ 1º, todos do art. 21</a> ;	Expirado
III - os <a href="#">arts. 29</a> e <a href="#">30</a> .	Expirado
Art. 81. Revogam-se:	Expirado
I - após decorridos 90 (noventa) dias da publicação oficial desta Lei, a <a href="#">Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984</a> , com exceção dos dispositivos referidos no art. 80;	Expirado
II - após decorridos 30 (trinta) meses da publicação oficial desta Lei, os dispositivos da <a href="#">Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984</a> , referidos no art. 80.	Expirado
Art. 82. Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial, exceto os <a href="#">arts. 31</a> , <a href="#">32</a> , <a href="#">33</a> , <a href="#">35</a> , <a href="#">36</a> e <a href="#">37</a> , que entram em vigor após decorridos 30 (trinta) meses da publicação oficial desta Lei.	Expirado
Brasília, 28 de agosto de 2017; 196º da Independência e 129º da República.	
MICHEL TEMER Maurício Quintella Ronaldo Nogueira de Oliveira	
Este texto não substitui o publicado no DOU de 29.8.2017	